

Aprovado em 06/07/2016

J. Cesar

Presidente

COMISSÃO DE SERVIÇOS
DE INFRAESTRUTURA

a
Comissão Diretora

Em 6/7/2016 (Requerimento nº 520, de 2016)

Requerimento nº 35, de 2016

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro que sejam solicitados ao Ministro de Estado do Meio Ambiente esclarecimentos sobre as políticas públicas voltadas para a mitigação do efeito estufa, o uso da água para geração elétrica e o aumento da participação das fontes renováveis na matriz energética.

Tendo em vista que o fomento às fontes renováveis de energia é uma das estratégias para combater as mudanças climáticas, pergunto:

1. Há informações de que o BNDES investiu mais de R\$ 97 milhões no financiamento de iniciativas envolvendo energias renováveis no período de 2003 a 2015¹. Há estimativas de como esses investimentos se traduziram em redução de emissões de carbono?
2. Já foram realizados três leilões de energia de reserva (LER) em que foi contratada energia proveniente de empreendimentos fotovoltaicos no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, um em 2014 e dois em 2015. Foram contratados um total de 3.173 MWp. No 2º LER, o preço médio de venda da energia fotovoltaica foi de R\$ 297,75/MWh. O Ministério considera que esse

¹ <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2015/11/energia-renovavel-representa-mais-de-42-da-matriz-energetica-brasileira>

Nome legível: *Sofia A.*
Rubrica: *Sofia A.*
Matrícula:
Data: 06/07/2016
Hora: 12:35



SF/16900.54680-59

Página: 1/3 23/06/2016 15:05:29

7ee09ed4c5e826ce8fd3f97cb7169dd38c248452




SF/16900.54680-59

Página: 2/3 23/06/2016 15:05:29

7ee09ed4c5e826ce8fd3f97cb7169dd38c248452

sistema de leilões vem se revelando bem sucedido para aumentar a oferta de geração fotovoltaica?

3. O Programa Fundo Clima tem orçamento de R\$ 560 milhões e o BNDES informou que, temporariamente, não enquadrará novos pedidos de financiamento com esses recursos, exceto para projetos de energia solar que obtiveram êxito no Leilão de Energia de Reserva de 31 de outubro de 2014 (LER/2014). Isso significa que não haverá recursos para financiar os projetos solares fotovoltaicos contratados no leilão de reserva de agosto de 2015 e os que vierem a ser aprovados neste ano de 2016? Como será a política adotada pelo Ministério em relação a esse programa? Quais são os resultados esperados?
4. Sabe-se que o descarte de determinados equipamentos utilizados no processo de geração de energia por fontes renováveis pode ser um obstáculo, como, por exemplo, as torres de concreto utilizadas na geração eólica. O que vem sendo feito para transpor esse tipo de obstáculo? Em que medida esses fatores podem comprometer o licenciamento ambiental de tais empreendimentos e atrasar a entrega de empreendimentos baseados em fontes renováveis?
5. O Ministério propõe alguma estratégia para fazer a transição para uma matriz energética cada vez mais baseada em fontes renováveis?
6. Em razão da Lei n.º 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, quais as práticas que o Ministério tem adotado para dar eficácia a uma política que estimule o aproveitamento de resíduos sólidos para geração de energia, em especial a adoção de regime de





SF/16900.54680-59

cooperação com Estados e Municípios, conforme dispõe o art. 4º?

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do RQI nº 16-CI, de 2016, aprovou proposta de plano de trabalho para avaliação de políticas públicas para a implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira.

A avaliação a ser empreendida por esta Comissão busca compreender se as políticas públicas atingiram os objetivos para as quais foram desenhadas, bem como se os recursos disponíveis para sua realização foram eficientemente empregados. O resultado de tal avaliação será o diagnóstico da política, que pode resultar em propostas pela sua ampliação, aprimoramento ou pelo seu encerramento, com vistas à adoção de soluções alternativas.

Como o fomento às fontes renováveis de energia é uma das principais estratégias para o combate às mudanças climáticas e o Brasil firmou compromissos internacionais de redução de emissão de gases de efeito estufa, é importante avaliar as políticas adotadas pelo Ministério para conter e reduzir as emissões de carbono. É preciso saber se os recursos vêm sendo usados de forma efetiva e se as medidas adotadas permitirão ao país cumprir as metas prometidas.

Sala da Comissão,

6 DE JULHO DE 2016.

Senador HÉLIO JOSÉ





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 21ª Reunião, Extraordinária, da CI

Data: 06 de julho de 2016 (quarta-feira), às 08h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Roberto Muniz (PP) <i>Roberto Muniz</i>	2. Angela Portela (PT)
Lasier Martins (PDT) <i>Lasier Martins</i>	3. José Pimentel (PT) <i>José Pimentel</i>
Acir Gurgacz (PDT) <i>Acir Gurgacz</i>	4. Paulo Rocha (PT) <i>Paulo Rocha</i>
Telmário Mota (PDT) <i>Telmário Mota</i>	5. Gladson Cameli (PP) <i>Gladson Cameli</i>
Wilder Morais (PP) <i>Wilder Morais</i>	6. Ivo Cassol (PP) <i>Ivo Cassol</i>
Maioria (PMDB)	
Garibaldi Alves Filho (PMDB) <i>Garibaldi Alves Filho</i>	1. Edisom Lobão (PMDB)
Kátia Abreu (PMDB) <i>Kátia Abreu</i>	2. Waldemir Moka (PMDB) <i>Waldemir Moka</i>
Valdir Raupp (PMDB) <i>Valdir Raupp</i>	3. Dário Berger (PMDB) <i>Dário Berger</i>
Rose de Freitas (PMDB) <i>Rose de Freitas</i>	4. Raimundo Lira (PMDB)
Ricardo Ferraço (PSDB) <i>Ricardo Ferraço</i>	5. Eduardo Braga (PMDB)
Hélio José (PMDB) <i>Hélio José</i>	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM) <i>Ronaldo Caiado</i>	1. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Davi Alcolumbre (DEM) <i>Davi Alcolumbre</i>	2. José Agripino (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB) <i>Flexa Ribeiro</i>	3. VAGO
José Aníbal (PSDB) <i>José Aníbal</i>	4. VAGO
Dalirio Beber (PSDB) <i>Dalirio Beber</i>	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB) <i>Fernando Bezerra Coelho</i>	1. Roberto Rocha (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) <i>Vanessa Grazziotin</i>	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Armando Monteiro (PTB) <i>Armando Monteiro</i>	1. Cidinho Santos (PR) <i>Cidinho Santos</i>
Wellington Fagundes (PR) <i>Wellington Fagundes</i>	2. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB) <i>Elmano Férrer</i>	3. Eduardo Amorim (PSC)

CONFERE COM O ORIGINAL

06/07/2016

Guilherme Soárez 5207-6

Assinatura/Matrícula

PAU/16